

Casa do Psicólogo® Livraria e Editora Ltda.

Psicologia: reflexões (im)pertinentes / Lídio de Souza, Maria de Fátima Quintal de Freitas, Maria Margarida Pereira Rodrigues organizadores. - São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.
422p : il.

Inclui bibliografia
ISBN 85 7396 008 6

1. Psicologia 2. Psicologia social 3. Comportamento humano 4. Psicologia comparada. I. Souza, Lídio de, 1954- II. Freitas, Maria de Fátima Quintal de, 1956- III. Rodrigues, Maria Margarida Pereira, 1950-

CDU: 159.9
316.6

Capa: obra de Joan Miró – Camponês Catalão ao Luar.

Projeto Gráfico : Denise Pimenta

Impressão: Gráfica Santo Antônio Ltda

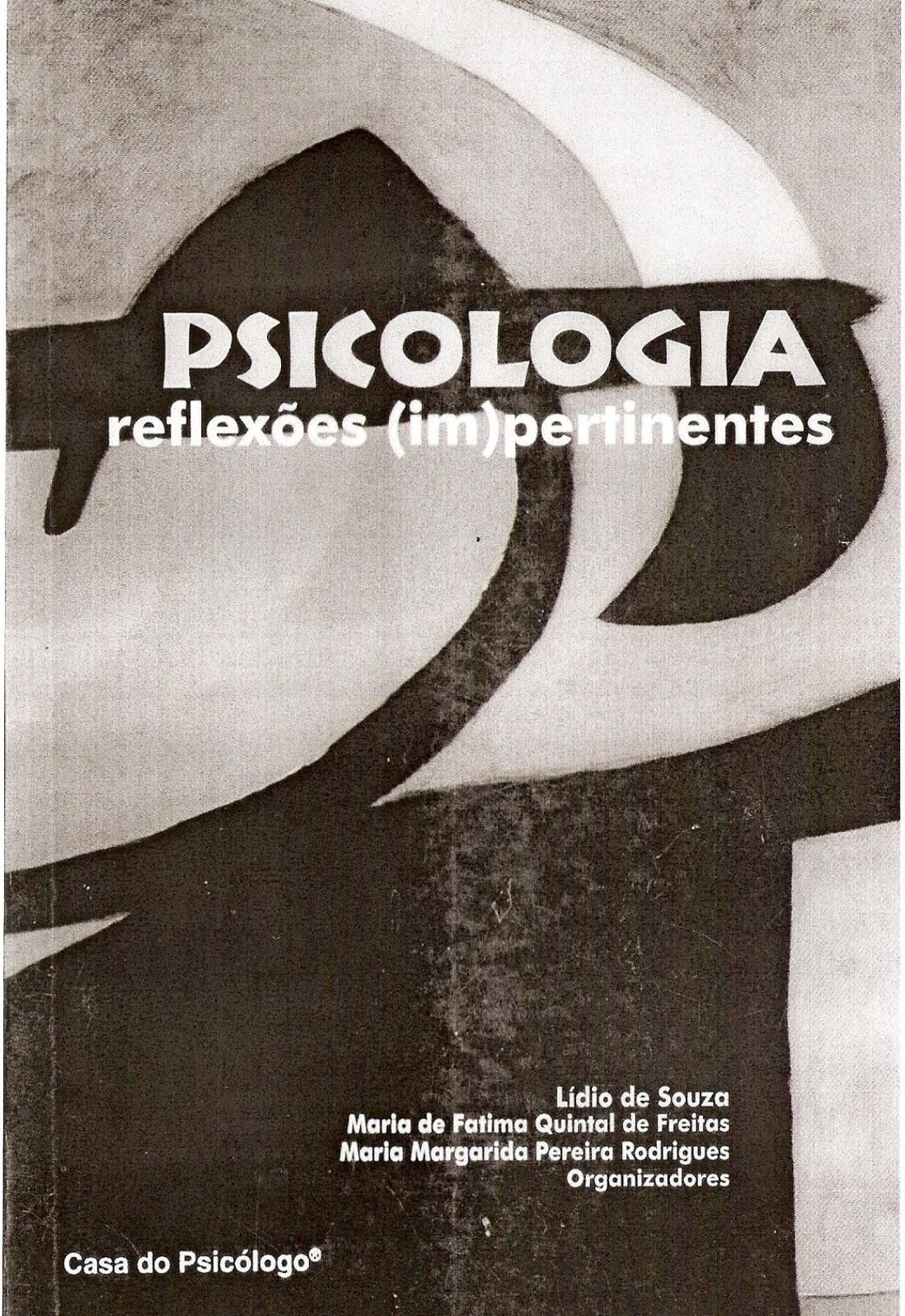
Reservados todos os direitos de publicação em língua portuguesa à

Casa do Psicólogo ® Livraria e Editora Ltda.

Rua Alves Guimarães, 436 - São Paulo - SP

CEP 05410-000

Fone: 011 852.4633 - Fax 011 3064.5392



PSICOLOGIA

reflexões (im)pertinentes

Lídio de Souza
Maria de Fatima Quintal de Freitas
Maria Margarida Pereira Rodrigues
Organizadores

Casa do Psicólogo®

ETOLOGIA E COMPORTAMENTO SOCIAL¹

Ana Maria Almeida Carvalho²

I. A Perspectiva Etológica e o Estudo do Ser Humano

Hinde (1974) distingue quatro tipos de contribuições que o estudo do comportamento em uma perspectiva etológica oferece para a compreensão do ser humano. Em um primeiro nível, há uma contribuição metodológica: os procedimentos de observação, descrição, experimentação e análise desenvolvidos para o estudo do comportamento animal podem ser - e têm sido - utilizados no estudo do comportamento humano. Podem ser citados vários exemplos desse tipo de contribuição: o procedimento de análise motivacional, aplicado a dados de observação de crianças em grupo, permitiu a Blurton Jones (1972) diferenciar episódios de agressão e de “brincadeira turbulenta”; a descrição minuciosa de movimentos faciais e de seus contextos de ocorrência levou Eibl-Eibesfeldt (1970, 1978) a demonstrar a universalidade de diversos componentes da comunicação não-verbal humana; experimentos com modelos foram utilizados para investigar as propriedades de estímulo responsáveis pela eliciação de comportamentos expressivos como o sorriso e o choro em bebês (Hinde, 1974).

Outro tipo de contribuição refere-se à possibilidade de utilização de resultados obtidos em estudos de comportamento animal para a complementação, confirmação e/ou aprofundamento de conhecimentos sobre o ser humano. Esta contribuição, que Hinde chama de “prática”, torna-se especialmente útil no contexto de problemas em que a experimentação com seres humanos é impossível

¹ Adaptação de texto originalmente publicado em *Psicologia e Sociedade*, 1989/90, 5(8), 145-163.

² Universidade de São Paulo

ou inconveniente. Um exemplo clássico deste tipo de contribuição encontra-se nos estudos sobre isolamento social e separação mãe-filho em primatas não-humanos (Harlow & Harlow, 1969; Hinde, 1972). Embora uma transposição direta de resultados não seja possível, dada a importância atribuída pela Etologia às diferenças inter-específicas, estes estudos enriqueceram a compreensão sobre o desenvolvimento sócio-afetivo da criança, confirmando resultados obtidos com seres humanos em situações menos controladas - estudos clínicos e observacionais - e apontando novas direções de pesquisa.

Pode-se falar ainda em uma contribuição teórico-conceitual. A Etologia não é uma teoria, e sim uma abordagem ao estudo do comportamento que se caracteriza por um enfoque biológico - cuja explicitação será o objetivo principal deste item. Mas, como qualquer área do trabalho científico, utiliza modelos e conceitos teóricos para a interpretação de seus fenômenos. O uso de conceitos desenvolvidos no contexto de investigações sobre o comportamento animal para a análise de aspectos do comportamento humano é ilustrado por diversos trabalhos: Tinbergen (1973) propõe uma análise baseada no modelo etológico de conflito para a compreensão do autismo infantil; a responsividade do recém-nascido a estímulos sociais é analisada por vários autores com o uso dos conceitos de estímulo-sinal e de estímulo supranormal; a utilidade dos conceitos de estampagem e de período sensível tem sido explorada em diversos estudos sobre o desenvolvimento infantil (Bowlby, 1969).

Essas contribuições, no entanto, podem ser consideradas de certa forma secundárias, comparáveis às que qualquer área do conhecimento pode fazer às demais, independentemente da semelhança entre seus objetos de estudo. O quarto tipo de contribuição, mais importante a nosso ver, é a que decorre da aplicação da *perspectiva etológica* ao estudo do ser humano.

A perspectiva etológica pode ser resumida em uma

premissa, que orienta as perguntas do etólogo e suas opções metodológicas: *o comportamento, tal como os órgãos ou estruturas corporais, é produto e instrumento do processo de evolução através de seleção natural*. Esta premissa é até certo ponto auto-evidente: a organização corporal do animal não poderia ser testada e moldada pela evolução se não estivesse acompanhada por uma organização comportamental adequada. Por exemplo, sistemas digestivos adaptados para alimentação herbívora ou carnívora requerem organizações comportamentais diferentes em termos de seleção de alimentos, comportamentos de busca do alimento, etc; uma coloração corporal que ajuda o animal a camuflar-se no ambiente, protegendo-o de predadores, só é eficaz se o animal selecionar adequadamente seus locais de pouso e permanência; um sistema reprodutivo que gera ovos pede comportamentos paternos diferentes daquele que gera filhotes vivos e assim por diante. A evolução não poderia, portanto, produzir estruturas físicas adaptativas se não pudesse também moldar os comportamentos que as tornam funcionais.

Este pressuposto tem duas implicações mais importantes: o reconhecimento de que o comportamento é adaptativo no sentido biológico, isto é, afeta o sucesso reprodutivo e através deste a sobrevivência das espécies; e a necessidade de admitir algum nível de controle genético do comportamento, uma vez que a seleção natural atua através de seleção de genes.

Estas implicações são frequentemente motivo de certas confusões, que devem ser esclarecidas de início. É preciso, em primeiro lugar, diferenciar o sentido biológico de adaptação do sentido que este conceito adquiriu ao ser emprestado pela Psicologia. No sentido biológico original, adaptação não se refere a modificações ou ajustamentos individuais a pressões ambientais - como ocorre, por exemplo, nas expressões "o homem é um ser muito adaptável", ou "a criança adapta-se facilmente a situações novas". Uma adaptação

é uma característica física ou comportamental que um organismo apresenta por ser portador de uma carga genética que a determina direta ou indiretamente; característica esta que contribui para a sua sobrevivência e por isso afeta a incidência, na população de descendentes, do gene ou genes em questão. O processo de adaptação não ocorre portanto na história individual, e sim na história da espécie. Função adaptativa ou valor de sobrevivência de uma característica não se refere a um efeito qualquer dessa característica, mas aos efeitos que favorecem o sucesso reprodutivo do organismo - e portanto sua possibilidade de transmitir sua carga genética a seus descendentes, de tal forma que a característica em questão continua a existir na espécie.

Uma decorrência importante deste conceito é que para identificar a função adaptativa de uma característica é necessário conhecer o modo de vida do animal em seu ambiente natural - isto é, no ambiente onde estão presentes as pressões seletivas às quais essa característica responde, e que portanto explicam sua seleção. Deste fato decorre a ênfase dos etólogos em estudos "naturalísticos", ou seja, realizados no ambiente evolucionário do animal. "Estudo em ambiente natural" não significa "estudo de campo" por oposição a "estudo de laboratório": uma jaula de zoológico não se torna ambiente natural pelo fato de não estar sujeita a controles experimentais, enquanto uma colônia artificial de formigas mantida em laboratório pode preservar características do ambiente natural desses animais.

Um segundo conceito cujas implicações são frequentemente mal compreendidas é o de determinação ou controle genético do comportamento. Controle genético do comportamento não é sinônimo de comportamento inato, estereotipado, imune a efeitos de experiência ou de aprendizagem. É verdade que os estudos etológicos clássicos privilegiaram os "comportamentos instintivos", supostamente não-aprendidos ou pouco dependentes de efeitos de

experiência. No entanto, o próprio progresso na compreensão do comportamento animal esvaziou a oposição inato-adquirido, conduzindo a um enfoque interacionista e sistêmico sobre a relação organismo-ambiente. Diversas razões subjazem a esta evolução de enfoque.

Por um lado, os genes - tanto quanto o ambiente - podem afetar o fenótipo de muitas maneiras diferentes. Padrões motores relativamente estereotipados são apenas uma das formas sob as quais se manifesta o controle genético; outras são sensibilidade diferencial a estímulos, tendências motivacionais, suscetibilidade a certos tipos de experiências, pré-organização, dos processos de aprendizagem. Controle genético não exclui efeitos de experiência. Há diversos exemplos de sistemas comportamentais em que a aprendizagem evidentemente desempenha um papel fundamental - como a estampagem ou a aquisição do canto em muitos pássaros - que são intimamente dependentes de controle genético (Hinde, 1974).

Em segundo lugar, é metodologicamente impossível separar os efeitos dos genes e dos fatores ambientais em qualquer instância particular de comportamento. Mesmo em um experimento de isolamento não é possível privar o animal de todos os tipos de ambiente e portanto não se pode negar que algum aspecto deste contribua para a constituição do fenótipo; o mesmo ocorre em relação à carga genética. No máximo é possível situar um comportamento em um gradiente de imunidade-labilidade em relação a fatores ambientais (Hinde, 1974).

Pode-se argumentar ainda que a separação genes-ambiente é também um equívoco conceitual. O que o gene contém não é um comportamento ou um órgão, mas apenas uma informação química, que será traduzida dentro do ambiente em que esta tradução ocorrer. Nesta visão, gene e ambiente (conceito em que se inclui o próprio ambiente químico do gene) são componentes inseparáveis e

complementares de um sistema sobre o qual se exercem efetivamente as pressões seletivas: o organismo em funcionamento e suas relações com o mundo físico e social ou, em outras palavras, o fenótipo. “Natureza” e “criação” não se opõem: a “natureza” de um organismo é o resultado de sua “criação”, ou seja, da operação interativa dos componentes do sistema (Oyama, 1989). Vista sob este ângulo, a evolução é um processo muito indireto, o que ajuda a compreender o tempo que demanda: ela não modifica diretamente nenhum componente do sistema - genes ou fatores ambientais -, apenas seleciona uma parte desses componentes - os genes; aquela parte que, tal como evidenciado pelo sucesso reprodutivo, interage melhor com os fatores ambientais presentes em cada momento.

A implicação principal do conceito de controle genético é a redução da arbitrariedade na forma pela qual o ambiente afeta o comportamento: seus efeitos são constantemente filtrados pela organização presente do organismo. Pode-se dizer, muito concretamente, que o ambiente também não é arbitrário: o ambiente que é relevante para o organismo é “específico da espécie”, filtrado desde a concepção pelas características do fenótipo em processo de desenvolvimento (Carvalho, 1989a).

Compreende-se, assim, a ênfase da Etologia na especificidade das espécies: o estudo de cada espécie animal justifica-se em si mesmo e nenhuma espécie pode ser tomada como representante das outras. Evidentemente, o estudo comparativo é útil para a formulação de princípios gerais do comportamento, mas esta utilidade decorre tanto das semelhanças quanto das diferenças que ele evidencia.

Da mesma forma que a ênfase no estudo em ambiente natural e na especificidade das espécies, outras características metodológicas da Etologia também decorrem da perspectiva que a define. Entre essas características é relevante a que distingue quatro

tipos de perguntas sobre o comportamento. Pode-se perguntar o que determina a ocorrência de uma instância particular de comportamento (que estímulos, internos ou externos, que estados motivacionais causam esta ocorrência), ou seja, quais as suas “causas imediatas”, e que fatores e processos estão envolvidos em seu surgimento na história individual do organismo (“causas ontogenéticas”) - duas perguntas usuais nos estudos de Psicologia. Mas pode-se também perguntar que fatores e processos estão envolvidos no surgimento desse comportamento na história da espécie (“causas filogenéticas”) e que função(ões) adaptativa(s) ele cumpre (“causas funcionais”). Na perspectiva da Etologia, a compreensão do comportamento não se esgota na compreensão de sua ocorrência no indivíduo, mas envolve o conhecimento de seu significado funcional e de sua história evolutiva ao nível da espécie. Ao mesmo tempo, este conhecimento guia a escolha dos comportamentos cuja causação e ontogênese é importante conhecer para compreender o animal - os comportamentos “ecologicamente relevantes” (Ades, 1986), aqueles que são significativos para a vida e a adaptação do animal.

Quais as possibilidades - e as limitações - da aplicação desse tipo de perspectiva à compreensão do ser humano? Como todo ser vivo, o homem tem uma história evolutiva. Se admitirmos que seu comportamento, como o de outros animais, traz as marcas dessa história, pode-se abrir uma nova via para o conhecimento de nossa espécie?

Dois tipos principais de objeções são em geral levantados contra esta possibilidade. Por um lado, afirma-se que o comportamento humano é essencialmente plástico, e portanto não pode estar sujeito a controle genético a não ser em aspectos isolados e pouco significativos. Como já vimos, no entanto, controle genético não se opõe a plasticidade; a plasticidade é, ela própria, uma forma de adaptação, que apresenta características diferentes, e geneticamente

controladas, nas diferentes espécies e em sistemas comportamentais diferentes de uma mesma espécie. Além disto, como aponta Morin (1973), seria no mínimo estranho que um equipamento biológico tão sofisticado como o cérebro humano tivesse como única função deixar-se moldar arbitrariamente pelo ambiente externo, sem desempenhar nenhum papel na seleção e orientação dessa moldagem. Finalmente, o fato de ser o homem sensível a contingências ambientais - especialmente a contingências históricas e culturais - não implica em negação da história evolucionária humana; ao contrário, essas contingências e as formas de suscetibilidade humana a elas também podem ser pensadas como produto e instrumento do processo de evolução que produziu a especificidade do *Homo sapiens*.

Afirma-se, por outro lado, que o homem, diferentemente de qualquer outro animal, não se sujeita às pressões do ambiente: ele o modifica de acordo com suas necessidades. De fato, o ambiente atual da vida humana é muito diferente daquele em que se processou a maior parte da história evolucionária da espécie. O *Homo sapiens sapiens* de hoje é, biologicamente, a mesma espécie que já existia há 50.000 anos e que veio se constituindo ao longo de pelo menos dois milhões de anos. Nos últimos dez mil anos, desde o surgimento da agricultura, o modo de vida da espécie alterou-se de forma acelerada, muito mais rápida do que a evolução biológica seria capaz de acompanhar. Neste período ocorrem, por exemplo, o surgimento da propriedade, a vida urbana, o modo de produção industrial, dos quais por sua vez resultam uma série de mudanças na estrutura das relações interpessoais, da família e de outros grupos sociais. Que implicações têm esses fatos sobre a possibilidade de uma perspectiva etológica no estudo do ser humano?

Uma primeira implicação é que o comportamento humano não deve ser analisado apenas à luz das características do ambiente humano atual, porque este não representa necessariamente o

“ambiente natural” humano. O ambiente no qual se processou a maior parte da evolução humana e a definição das características básicas da espécie caracterizava-se, tanto quanto se sabe atualmente, por um modo de vida de caça e coleta. Isto significa que pode ser necessário considerar as exigências adaptativas desse modo de vida para compreender alguns aspectos do comportamento humano. Este raciocínio levou Bowlby (1969) a formular a teoria do apego, que concebe a relação mãe-filho no ser humano como fruto de pressões seletivas presentes no ambiente evolucionário da espécie, que geraram a necessidade de mecanismos que garantissem a proximidade entre adulto e criança como forma de proteção do bebê - e, nas formulações posteriores da teoria, como condição de desenvolvimento da criança na direção de um adulto emocionalmente saudável e cognitivamente competente (Schaffer, 1971; Bower, 1977).

Esta implicação introduz certas limitações para um enfoque etológico do ser humano, uma vez que requer conhecimento a respeito de um modo de vida ancestral, que só pode ser reconstituído através de evidências indiretas e acidentais. Ao mesmo tempo, isto pode constituir uma vantagem: se supusermos que o comportamento humano foi moldado através de pressões seletivas que estão alteradas no ambiente atual, é possível supor também que essas alterações gerem patologias que podem lançar luz sobre os mecanismos básicos da espécie. O uso de situações patológicas como fonte de conhecimento sobre o funcionamento básico dos organismos é clássico nas ciências biológicas, aí incluída a Psicologia. As considerações de Bowlby (1969) sobre fobia à escola e sobre reações de ansiedade à separação em geral são exemplos dessa utilização.

Por outro lado, a afirmação de que o ambiente atual não é ambiente de evolução deve ser qualificada. O fato de que para compreender as adaptações humanas pode ser necessário analisá-las em relação ao modo de vida no qual elas foram produzidas não

significa que o processo de evolução da espécie tenha terminado. A idéia de que o homem se libertou das pressões da natureza porque é capaz de transformá-la é, no mínimo, uma concepção simplista e antropocêntrica sobre os processos naturais. Sabemos hoje que a natureza - viva e inanimada - é um sistema de relações em contínua transformação. A espécie humana e as modificações que ela produz no ambiente fazem parte desse processo de transformação e estão sujeitas a seus efeitos. Dizer que o homem é biologicamente o mesmo há 50.000 anos significa apenas que nossa história evolutiva é muito curta e que sua duração e seus rumos futuros só podem ser objeto de especulação. Embora o ambiente atual seja ambiente de evolução, falta-nos perspectiva temporal para analisar a natureza de suas pressões seletivas e a direção em que elas poderão conduzir a espécie - e o planeta.

O que a perspectiva etológica propõe, portanto, é que o estudo do comportamento humano seja orientado pela suposição de que seus processos e mecanismos básicos, tanto quanto a estrutura física da espécie, foram produzidos pela seleção natural durante a história evolucionária humana. Em que direções nos leva esta suposição a buscar as características da adaptação humana?

Entre as direções possíveis, exploramos aqui uma que nos parece fundamental. O homem é uma espécie social. Sobre esta característica, que nossos ancestrais trouxeram em sua herança primata, juntamente com um cérebro bem desenvolvido, uma visão aguçada e membros manipuladores, a evolução moldou uma modalidade peculiar de adaptação, caracteristicamente humana: uma cultura transmissível. A vida sócio-cultural é um componente central do processo pelo qual a evolução produziu uma variedade de espécies hominidas, das quais a espécie humana é a herdeira e única sobrevivente (Bussab, 1989). A cultura não é um produto tardio da história humana. Não surge como uma emergência de um *Homo sa-*

piens fisicamente pronto, que pode então, através dela, romper com a natureza. Ao contrário, ela é uma das molas do processo de hominização: a evolução física do homem seria incompreensível se a vida cultural não constituísse um de seus fatores. Evolução biológica não se opõe a evolução cultural, tal como fatores genéticos não se opõem a fatores ambientais (Carvalho, 1989a).

Dado este ponto de vista, uma série de características humanas pode ser compreendida como parte de um equipamento biopsicológico adaptado a uma certa modalidade de vida social: aquela que envolve a inserção em uma cultura. A dependência física e a longa imaturidade da criança, sua tendência ao estabelecimento de relações privilegiadas com um ou poucos adultos individualizados (relações de apego), a pré-organização para a aquisição da linguagem, a tendência à identificação como base para a aprendizagem através de modelos, a ludicidade e a motivação para a exploração e muitas outras características aparecem, não como traços acidentais e arbitrários, mas como componentes interligados de um sistema adaptativo caracterizado pela vida sócio-cultural - a única forma de vida social capaz de constituir um ser humano.

O comportamento social e a sociabilidade são, portanto, focos privilegiados de estudo sob este enfoque. Constituem, para usar a expressão de Ades (1986), "fenômenos ecologicamente relevantes" no caso da espécie humana. Os dois tópicos seguintes visam ilustrar algumas implicações e contribuições do enfoque etológico ao estudo do comportamento social humano.

II. Níveis de Análise do Comportamento Social.

Uma das consequências de se considerar o comportamento em uma perspectiva comparativa é colocar-se em questão o significado de "social". O homem, como muitos animais, é uma espécie "social".